

CONFLITO POLÍTICO E IDENTIDADE CULTURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA: A IMAGEM DE MÁXIMO E EUGÊNIO SEGUNDO OS TESTEMUNHOS MONETÁRIOS

GILVAN VENTURA DA SILVA

Universidade Federal do Espírito Santo

THIAGO BRANDÃO ZARDINI

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

Com este artigo, pretendemos contribuir para o estudo dos conflitos políticos sob o governo de Teodósio (379-395) por meio de uma abordagem calcada nos fatores de ordem cultural. Acreditamos que, muito embora o governo desse imperador seja um dos mais debatidos pela historiografia, é possível revisitá-lo sob uma nova perspectiva, razão pela qual elegemos a História Cultural e suas reflexões sobre os conflitos de identidade como aparato teórico para interpretar a atuação de Máximo e Eugênio, personagens que, na condição de usurpadores, foram os principais adversários de Teodósio. Nossa intenção é lançar alguma luz sobre o significado político-cultural dos golpes militares em fins do século IV com base na exploração da numismática.

PALAVRAS-CHAVE

Antiguidade Tardia; Máximo; Eugênio; Usurpação; Identidade

ABSTRACT

In this article our purpose is to contribute to the research about the political conflicts under Theodosius' reign (379-385) based on a cultural approach. Although the government of such emperor is well known through several works, it is possible to revisit it once more. By reason of that, we employ the Cultural History and its reflections on conflicts of identity in order to interpret the action of Maximus and Eugenius, who, as usurpers, were the main Theodosius' opponents. In this connection, we intend to shed some light on the meaning of the military takeovers at the end of the IVth century by means of the analysis of the coins issued by both usurpers.

KEYWORDS

Later Roman Empire; Maximus; Eugenius; Usurpation; Identity

As crescentes mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas que presenciemos na atualidade estão inseridas num movimento que vem sendo traduzido por globalização. Acredita-se que esse movimento propicie a conversão das crises locais e regionais em crises estruturais. Em outras palavras, o que se entende é que, em virtude do “estreitamento” do mundo provocado pela globalização, as crises locais se tornam um problema de todos. A avalanche de informações recebidas todos os dias, através dos mais variados meios de comunicação, seja em casa, seja na rua, dão acesso quase instantâneo a conflitos que irrompem nos mais afastados rincões do planeta e reclamam a atenção pública. Toda essa dinâmica nos torna culturalmente próximos de comunidades que nunca vimos e com as quais jamais mantivemos contato. Essa aproximação, a princípio lenta, aos poucos ocupa grande parte de nossa atenção, termina por nos fazer refletir sobre o até então desconhecido e por cobrar de nós um posicionamento, o que provoca o abandono parcial das identidades locais em prol de uma identidade que se pretende “universal”: tornamo-nos habitantes de todos os lugares e, paradoxalmente, de lugar nenhum, multiplicando-se os “não lugares” que enfraquecem o reconhecimento coletivo, colocando as identidades em xeque. Como resultado, sofremos uma pressão que desemboca na necessidade de assumirmos diferentes identidades, muitas vezes conflitantes (WOODWARD, 2000, p. 31).

Quando esse conflito de identidades é carregado para a prática de pesquisa, percebe-se que a situação atual pode trazer contribuições valiosas aos estudos históricos, abrindo espaço para que se descortinem novas abordagens do passado. Conforme proposto por Boutier & Julia (1998, p. 42), os paradigmas de ontem podem ser alterados pelas crises do presente, e é inevitável que o presente influencie nossa investigação do passado. Assim, “o acesso que temos ao passado é pelo presente, por objetos, textos, recordações de indivíduos que os historiadores identificam como restos de um passado que já não existe, como sobrevivências que podem ser tratadas como documentos” (GUARINELLO, 2003, p. 43). Tem-se por certo que esse acesso pode ocorrer de múltiplas formas, dependendo da corrente teórica que melhor atender aos propósitos da pesquisa. Acredita-se existir uma relação indissolúvel do passado com o presente, que exige uma reflexão crítica sobre ambos. Com relação às identidades que se busca recuperar numa investigação circunscrita ao Império Romano, parece pertinente associar o processo de “mundialização” das informações e os conflitos decorrentes da globalização aos impasses verificáveis no Império. Partindo desse pressuposto, pretendemos contribuir para o estudo dos conflitos políticos sob o governo de Teodósio (379-395) por meio de uma

abordagem calcada nos fatores de ordem cultural. Acreditamos que, muito embora o governo desse imperador seja um dos mais debatidos pela historiografia, é possível revisitá-lo sob uma nova perspectiva, razão pela qual elegemos a História Cultural e suas discussões sobre os conflitos de identidade como aparato teórico para interpretar a atuação de Máximo e Eugênio, personagens que, na condição de usurpadores, foram os principais adversários de Teodósio. Nossa intenção é lançar alguma luz sobre o significado político-cultural dos golpes militares em fins do século IV com base na exploração da numismática. Desvendar como Máximo e Eugênio foram retratados nas moedas que emitiram torna-se um exercício intelectual capaz de superar o preconceito das fontes literárias, que os consideram vis e cruéis, permitindo-nos ao mesmo tempo qualificá-los não tanto como usurpadores, termo que comporta um inequívoco juízo de valor, mas como “imperadores proscritos”, ou seja, como líderes que, num determinado momento, se projetaram por meio da força com o propósito de compor o colégio imperial, buscando inclusive o reconhecimento de Teodósio.

Máximo e Eugênio: imperadores proscritos

O conflito político é algo de importância vital para o funcionamento do Estado, uma vez que assinala a interferência (ou reivindicação) dos distintos grupos sociais nas tomadas de decisão. Ao nos reportarmos ao conceito de conflito político, no entanto, não podemos simplesmente reproduzir o discurso segundo o qual aqueles que o deflagram desejam modificar por completo o sistema político vigente. O que Máximo e Eugênio buscavam, na condição de líderes de golpes militares, era integrar-se ao *locus* do poder romano e não propriamente dissolvê-lo. Conforme argumentamos em certa ocasião (SILVA, 1993), foi somente após a derrota sofrida diante do soberano “legítimo”, ou seja, Teodósio, que Máximo e Eugênio foram atingidos por um processo de difamação de sua memória. É por essa ação difamatória, por essa *damnatio memoriae*, que a imagem dos imperadores proscritos é esvaziada de autoridade. Por um movimento inverso, o imperador converte a vitória sobre rivais, digamos, “indesejados”, num mecanismo de retroalimentação da sua própria legitimidade, valendo-se da agenda política dos concorrentes para depreciá-los. Uma vez proscritos, Máximo e Eugênio tornam-se “piratas”, arrivistas que ousaram “pilhar” a identidade do legítimo *basileus* ao revestirem os símbolos característicos do poder imperial. Desse ponto de vista, a identidade “roubada” do imperador e manipulada pelos usurpadores deve ser restituída aos seus

“legítimos” proprietários, o que configura a dimensão cultural subjacente aos atos políticos de usurpação (HARRISON, 1999, p. 242). Como se verá mais adiante, tanto Máximo quanto Eugênio buscaram ampliar as suas bases de apoio tornando seu governo legítimo para alguns grupos da sociedade, o que se deu por meio da manipulação de símbolos de poder próprios da *basileia*. No entanto, cabe antes uma interrogação: qual a condição social de Máximo e Eugênio?

No que diz respeito a Máximo, sabemos que ele ocupava uma posição de destaque no exército quando ascendeu ao trono, tendo participado de diversas campanhas militares sob o comando de membros da família de Teodósio. Ainda que não fosse oriundo de uma família ibérica tradicional, como afirma Escribano (1990, p. 257), supõe-se que fosse integrante dos grupos ocidentais enobrecidos no decorrer do século IV, o que permite incluí-lo na camada social dos *honestiores* (BLÁZQUEZ, 1995, p. 514). Eugênio, por sua vez, gozava da estima de Teodósio no início da década de 390, a ponto de o imperador ter confiado a ele a preceptoría de Valentiniano II, filho de Valentiniano e irmão de Graciano. Sob o governo deste último, Eugênio ocupou o cargo de *magister scrinii* (chefe dos escritórios da chancelaria), prestando assim serviços diretamente ao *comitatus*. Na condição de professor de retórica, era um homem de vasta erudição e experiência administrativa. Dessas poucas informações biográficas das quais dispomos, é possível concluir que Máximo e Eugênio, ao se lançarem como imperadores, detinham já uma posição de destaque dentro do aparelho estatal, o que corrobora a hipótese segundo a qual as usurpações, no século IV, resultaram majoritariamente de uma cisão das elites que compunham o “bloco no poder” no interior do Estado, possuindo os seus titulares, em virtude do papel de liderança que desempenharam, capacidade para arregimentar recursos em homens, víveres e numerário no sentido de viabilizar os golpes militares que perpetraram (SILVA, 1993, p. 65). As usurpações de Máximo e Eugênio são exemplos de conflitos inerentes ao Estado romano que se tornam viáveis na medida em que os usurpadores ocupam postos importantes na administração civil e militar, assumindo o poder por liderarem grupos insatisfeitos – como no caso de Máximo – ou interessados em preservar determinados privilégios – como vemos na relação de Eugênio com a elite senatorial pagã. Cumpre notar, entretanto, que se as usurpações têm amiúde como propósito reverter um padrão desigual de distribuição da autoridade dentro do bloco no poder que controla o Estado, distribuição esta que não contempla o usurpador e os grupos que o apóiam, elas reivindicam uma alteração radical do *status quo*, como verificamos na tentativa inicial de Máximo e Eugênio de serem reconhecidos como membros do colégio imperial. Na

verdade, o que os usurpadores pretendiam ao deflagrar o golpe era uma aliança com o imperador “legítimo” e não a modificação do sistema político em sua totalidade.

As bases materiais de apoio ao golpe são fundamentais para que os aspirantes à púrpura ingressem no jogo político romano, bastante exclusivista por sinal. Na medida em que a atribuição do título de Augusto, por exemplo, era prerrogativa do exército, aos usurpadores cabia angariar recursos dentro do subsistema coercitivo-militar a fim de sustentar sua elevação ao poder. Máximo seguiu claramente essa “regra”. Sua aclamação foi realizada com ímpeto tão vigoroso pelo exército da Bretanha que, segundo Sulpício Severo (*Vita Martini*, 20, 3), “Máximo afirmava que não havia tomado o Império em suas mãos por vontade própria, mas que essa obrigação de reinar lhe fora imposta pelos soldados”.¹ Não obstante o exagero da afirmação, é possível que o apoio do exército da Bretanha a Máximo seja o resultado do ânimo que esse general trouxe às tropas, num momento de insatisfação com a atuação de Graciano. A associação de Máximo com o exército que o proclama imperador é atestada por emissões monetárias cunhadas em Lugduno, nas quais verifica-se a legenda VIRTVS – EXERCITVS, contendo no verso a representação do imperador com o *labarum* e o escudo nas mãos (PEARCE, 2003, p. 49).

No caso de Eugênio, o apoio a sua ascensão foi fruto de uma confluência de fatores: a súbita morte de Valentiniano II e a precária situação do franco Arbogasto, então comandante-em-chefe, a quem competia zelar pela segurança pessoal do jovem imperador. Acuado, Arbogasto não vislumbra alternativa a não ser patrocinar um golpe, contando com a colaboração de Eugênio. Em seguida, Eugênio busca um acordo com o prefeito do pretório da Itália, Nicômaco Flaviano, e a elite senatorial pagã, tornando-se assim, segundo determinada corrente historiográfica, uma espécie de “testa de ferro” das lideranças políticas ocidentais, que, ao sustentarem um pretendente próprio ao colégio imperial, não necessitavam mais ocultar de Teodósio sua filiação religiosa. Com efeito, Arbogasto visava, provavelmente, a desviar a atenção sobre o suposto homicídio de Valentiniano II e a estreitar as relações com o imperador do Oriente, enquanto Nicômaco Flaviano aproveitou-se da situação para oferecer o apoio das elites senatoriais em troca da retomada do paganismo. Não obstante essas circunstâncias, vale a pena recordar que Eugênio era experiente com relação à política imperial, razão pela qual não seria tão fácil manipulá-lo. Acreditamos assim que a adesão de Eugênio ao “projeto” de restauração do paganismo de Flaviano, por exemplo, seria uma estratégia de fortalecimento das suas bases de apoio diante da pronta rejeição de Teodósio. Desse modo, Eugênio buscou recursos de todos os lados a fim de se manter por

mais tempo no poder, mesmo que para tanto tivesse que se aliar a adversários que professavam um credo religioso distinto do de Teodósio.

No que tange às motivações que levaram os dois usurpadores a investir no golpe, enfatize-se que, por parte de Máximo, a relação de disputa mal-resolvida com Teodósio durante a juventude de ambos e a oportuna oposição do exército da Bretanha a Graciano garantiram apoio suficiente para que ele se proclamasse líder das províncias ocidentais. A situação de Eugênio constitui um caso à parte. Eugênio foi indicado para assumir um cargo que, ao que tudo leva a crer, nem tinha anseio de ocupar, sob instigação de Arbogasto. Ao tornar-se imperador, porém, não deixou de apresentar sua imagem conforme os preceitos da *basileia*, o que será discutido a seguir com base nos testemunhos monetários. De qualquer modo, em ambos os casos percebe-se que os usurpadores emergem como catalisadores das aspirações de grupos ou indivíduos que não vêem outra forma de defender os seus interesses senão por meio do golpe militar. Para tanto, seguem um “protocolo” simbólico como uma maneira de legitimar suas pretensões, “protocolo” este que podemos acompanhar com certo detalhe por intermédio das moedas que cunharam.

Os tesouros monetários: uma contribuição à história das usurpações

O *modus operandi* das usurpações reclamava um conjunto de procedimentos para que o candidato à púrpura fosse reconhecido publicamente. Em primeiro lugar, deveria existir a aclamação oficial, compreendida como a adoção de uma série de medidas que anunciavam a ascensão do novo imperador. Tais medidas seriam *grosso modo*: busca de continuidade com a dinastia então no poder, requerendo a filiação legítima com o imperador mais antigo; apresentação dos méritos do candidato, incluindo suas vitórias em batalhas e sua probidade política; aclamação pelo exército; outras formas de união dinástica, como pelo casamento; e, sobretudo, a investidura dos símbolos da majestade imperial, tais como o emprego da cor púrpura, a confecção de retratos e estátuas e a composição de panegíricos, que difundiriam a imagem do novo imperador em toda a extensão do território romano, noticiando até as áreas de fronteira que um novo *basileus* havia sido proclamado (WARDMAN, 1984, p. 225). No entanto, levar a cabo uma ação como a de se autoproclamar imperador cobrava uma reação por parte do Estado, encarnado na pessoa do imperador “legítimo”, que era forçado a se defender dos “intrusos” e ratificar sua autoridade.

Conforme sugere Wardman (1984, p. 228), os usurpadores constituem um “produto” do próprio sistema político romano, visto que a transmissão do cargo imperial, ao excluir outras vias legais de acesso ao poder, dava margem a que

ocorressem atos de usurpação. Por outro lado, o contexto político no qual irrompera a usurpação é que ditava a possibilidade de uma rápida supressão do candidato ou a sua permanência no poder por um tempo maior. Em virtude da campanha contra os bárbaros na parte oriental, Teodósio teve a contragosto de aceitar Máximo como “colega” por cerca de quatro anos. Já Eugênio, embora tenha realizado diversas gestões no sentido de obter uma solução de compromisso com o *comitatus*, nunca foi reconhecido por Teodósio, que o enfrentou tão logo possível.

Na seqüência dessa discussão em torno da legitimidade do poder imperial, importa refletir sobre o modo como Máximo e Eugênio representaram sua passagem pelo governo valendo-se dos instrumentos simbólicos tradicionais que tinham à disposição. Sabe-se que, uma vez feitos governantes, ambos seguiram o protocolo romano e buscaram se tornar membros legítimos do colégio imperial, ao lado de Teodósio. No entanto, quando consultamos a documentação literária de matiz pagão ou cristão, que apresenta o claro propósito de exaltar o soberano “legítimo”, constatamos que os usurpadores são descritos como indignos e seus atos de governo quase não são mencionados ou, quando o são, só ratificam os supostos vícios dos seus autores. As fontes numismáticas de Máximo e Eugênio, entretanto, apresentam uma visão diferente, quando não diametralmente oposta: as legendas e imagens nelas grafadas têm muito a nos dizer a respeito da simbologia do poder, uma vez que exprimem o modo como ambos os usurpadores desejavam ser vistos pelo *populus romanus*.

Para Peter Burke (2004, p. 17), é pertinente o uso das imagens como evidência histórica, já que elas atuam como “testemunhas ocultas”, por se encontrarem presentes, “vivenciando” o momento histórico. Assim, ainda que os documentos escritos ofereçam indícios valiosos, as imagens constituem um guia privilegiado para se ter acesso às representações político-culturais. No Império Romano, observa-se, por meio das imagens, uma conexão evidente entre o poder político e a religião, constatando-se uma surpreendente combinação entre elementos pagãos e cristãos que, muitas vezes, não transparece nas fontes literárias. No caso das situações de conflito político aberto, como tratamos aqui, o recurso à numismática se reveste de uma importância ímpar para a compreensão dos processos de negociação identitária envolvendo a disputa pelo direito legítimo de governar. As moedas nos revelam, assim, de quais símbolos Máximo e Eugênio se valeram para se manter no poder antes de serem suprimidos. Conforme assinala Coimbra (1957, p. 13), a numismática tem-se destacado como um ramo fundamental da Arqueologia por oferecer matéria rica de informações, contendo tipologias e legendas variadas.

Sob outro aspecto, a numismática mostra-se igualmente útil, uma vez que as fontes literárias, dada a fragilidade do suporte, são muito mais suscetíveis à destruição seja pela ação involuntária do tempo, seja pela ação voluntária dos vencedores (LE GOFF, 1992, p. 544). Desse modo, a ausência de fontes escritas sobre as usurpações por conta da erradicação dos documentos oficiais emanados pelo usurpador pode ser suprida – em parte – pelas fontes numismáticas conservadas nos tesouros monetários.

Para o assunto aqui tratado, a análise das moedas faz-se imprescindível, pois foram elas os monumentos que escaparam quando da erradicação da memória dos usurpadores. Ora, se inscrições, estátuas, documentos oficiais e legislativos foram suprimidos ou adulterados, as moedas subsistem como um testemunho da sua indubitável eficiência enquanto instrumentos de difusão da imagem imperial. De acordo com Frère (1984, p. 15), as moedas não devem ser pesquisadas somente pelas implicações econômicas que encerram, pois também difundem crenças e comemoram grandes acontecimentos, fazendo-os perdurar sob a forma de texto e imagem. Ou seja, as moedas são também poderosos *repositórios de memória*. O objetivo ao qual nos propomos é o de abordar os símbolos grafados nas moedas cunhadas por Máximo e Eugênio, buscando identificar até que ponto estes se valeram dos procedimentos tradicionais da investidura imperial para obter legitimação política. É assim que entra em vigor a função da moeda como instrumento de poder. No século IV, constatamos o cuidado evidente da *domus* imperial em inspecionar as cunhagens nos ateliês monetários distribuídos pelas províncias. Segundo Crawford (1983, p. 47), embora descentralizada, a cunhagem era realizada mediante a escolha, pela casa imperial, dos tipos monetários, os quais tendem a enfatizar as virtudes e celebrar os êxitos dos imperadores com a finalidade de produzir um impacto favorável sobre os súditos. As moedas romanas se atualizam assim na condição híbrida de documento e monumento. Documento porque constituem um vestígio histórico e, portanto, nos trazem informações sobre o passado. Mas como por vezes o documento é também um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força vigentes à época, ele se apresenta como um monumento. Investigar as moedas sob uma ótica monumental permite captar a imagem que esse documento transmite do poder vigente (Le Goff, 1992, p. 548). Isto posto, trataremos a seguir das informações presentes nas moedas cunhadas por Máximo e Eugênio, que contribuíram para compor o modo pelo qual esses usurpadores buscaram integrar-se ao colégio imperial sob a liderança de Teodósio.

A outra face das moedas: a imagem dos imperadores proscritos

Como mencionamos, poucos registros escritos restaram acerca das medidas de governo tomadas por Máximo e Eugênio. Em contraposição, as moedas por eles cunhadas trazem informações preciosas, que, analisadas em seu contexto, nos revelam a proximidade entre a imagem do imperador proscrito e a do imperador “legítimo”, denunciando assim o movimento de “pirataria cultural” referido por Harrison (1999). Logo no início do seu reinado, em 384, Máximo cunha moedas em Tréves, sede do *comitatus*, proclamando-se RESTITVTOR-REIPVBLICAE (PEARCE, 2003, p. 28), uma vez que o soberano anterior, Graciano, havia sido morto e Máximo desejava apresentar-se como “restaurador” do Império. Máximo também reafirma os símbolos antes defendidos por Graciano, como atestam as legendas REPARATIO-REIPVB, num *aes* de bronze, e VICTORIA-AVGVSTOR VM, num *semis* de ouro (PEARCE, 2003, p. 28 e 49). Esta última, em especial, favorece o usurpador, de modo a fortalecer a idéia de um imperador vitorioso, sobretudo porque, após a supressão de Graciano, sua vitória resultou de um acordo com Teodósio. Tais legendas reforçam a continuidade dos símbolos de poder exibidos por Graciano e antecessores. Garantir que a “República” estivesse resguardada sob seu comando conferia a Máximo a ampliação de suas bases de apoio, na condição de sucessor do *basileus* morto. E mais: afirmava-se também a sua associação direta com a *domus* imperial composta por Teodósio e Valentiniano II. Teodósio, por sua vez, também exibia uma imagem vitoriosa em suas moedas. Como exemplo, possuímos um *solidus* datado de 392-395, em que o imperador aparece portando o *labarum* e o globo e pisando um corpo estendido (KENT *et al.*, 1973, fig.1). A semelhança desta moeda com a de Máximo, descrita acima, repousa na figura da deusa Vitória, representada em perspectiva menor sobre o ombro direito de Teodósio e acompanhada da legenda VICTORI-AAVGGG. Eugênio, por sua vez, adota o mesmo procedimento de Máximo com a finalidade de se legitimar, cunhando moedas que retratam os principais símbolos do poder imperial. Assim, são atestadas em Tréves, sobre moedas de ouro, as legendas GLORIA-RO-MANORVM e VIRTVS-EXERCITVS. Um *solidus* contendo a grafia VICTOR-IA AVGG comemora sua ascensão ao trono.



Figura 1: Símbolos cristãos do triunfo de Teodósio

Fonte: KENT *et al.*, 1973: p.157

Ao buscar garantir a continuidade de seu governo, Máximo emite moedas em nome de seu filho, Flávio Vitor. Entre essas destaca-se um *solidus* no qual se lê BONO REIPV-BLICE NATI (PEARCE, 2003, p. 28), atestando as pretensões de Vitor à púrpura como herdeiro do pai. Esse mesmo expediente é utilizado por Teodósio, que cunha moedas comemorando os *vota* – anos de governo – de seus filhos Arcádio e Honório, como demonstram as moedas de Constantinopla emitidas entre 392 e 395, onde se lê VOT X MVLT XX (PEARCE, 2003, p. 235).

Dentre as imagens difundidas por Máximo em suas moedas, uma que merece destaque é a do estandarte, comumente identificado como o *labarum*, presente nas séries de 384-386 provenientes dos ateliês de Lugduno e de Arelate. Essas emissões monetárias apresentavam a terminologia VICTOR-IA AVGG, com o imperador, no reverso, sobre o globo, acompanhado da deusa Vitória e portando o *labarum* (LADICH, 1990, p. 94). Durante o século IV, o *labarum* será introduzido na iconografia imperial como um símbolo de vitória sobre as ameaças, inicialmente internas e mais tarde referentes aos povos bárbaros. Aparecendo dessa forma, o *labarum* tornava-se um signo de reafirmação da condição de *triunfator* do imperador, que derrotaria todos os pagãos, hereges e bárbaros que se opusessem ao seu comando (MENDES & SILVA, 2004, p. 261). A presença do *labarum* nas moedas de Máximo resulta muito provavelmente da aliança inicial firmada com Teodósio. Símbolo do cristianismo niceno professado por este último, o *labarum* exprime o compromisso de que Máximo defenderia a ortodoxia em sua jurisdição, estreitando os laços entre o Ocidente e o Oriente. Além do *labarum*, as moedas

do período costumam trazer ainda o monograma de Cristo representado pelas letras gregas *chi* (☩☩☩) e *rho* (☩), o que reforça a importância do credo cristão para a sustentação do poder do *basileus* (GARCÍA & MARTÍNEZ, 1997, p. 730).

A representação da Vitória constitui um símbolo corrente no século IV, encontrando-se presente tanto nas moedas de imperadores cristãos quanto pagãos. Machado (1998, p. 65) demonstra que, mesmo sendo a Vitória uma divindade do panteão grecorromano, os imperadores a utilizarão para se exprimir por meio de uma linguagem ritual e tradicional. García & Martínez (1997, p. 733) acrescentam que as imagens da Vitória eram originalmente símbolos de triunfo, tendo sido esvaziadas do seu sentido religioso original no século IV, quando passaram a ser interpretadas como a graça que Deus concedia ao imperador. Tal transformação, todavia, não fará com que a imagem da Vitória desapareça das moedas nem que se abandone de imediato a sua conotação pagã, pois a Vitória continua a ser representada como uma divindade em diversas cunhagens, inclusive nas de Máximo e Eugênio. É curioso notar a presença dessa tipologia nas moedas de Flávio Vítor, o jovem filho de Máximo. Na inscrição VICTORIA AVGVSTORVM, tem-se a deusa Vitória acompanhada dos dizeres VOT V MVLT (PEARCE, 2003, p.79). Mais expressivo ainda é o *solidus* do mesmo Vítor (fig. 2), que, repetindo BONO REIPV-BLICE NATI, traz no reverso a imagem de dois imperadores nimbados e assentados no trono: ambos portam um globo e, ao fundo, entre os imperadores, está a deusa Vitória, com a mão erguida (PEARCE, 2003, p.79).



Figura 2: Vítor, filho de Máximo, representado como Augusto

Fonte: KENT *et al.*, 1973, p. 156

Nessas representações do jovem Vítor, também chamam a atenção duas tipologias (além da Vitória) que são essenciais para a construção da imagem do

basileus: o globo e o nimbo. O globo torna-se comum no século III, nas emissões monetárias, como expressão da investidura do imperador pela divindade. No século IV, porém, tomará o sentido de domínio do *basileus* sobre todo o *orbis romanorum*, tornando-se um atributo imprescindível para o imperador que aspira à hegemonia. O nimbo, por sua vez, traduz uma idéia um tanto mais sacralizante: ele é o símbolo por excelência da condição divina. Como os deuses residiam numa região superior cuja atmosfera era composta por uma substância especial, o éter, encontrada também nos astros celestes, a aura que revestia os imperadores nas imagens seria a emanção dessa substância especial, conservada mesmo quando ele habitava o plano terreno (SILVA, 2003, p. 119).

Outra insígnia muito utilizada nas moedas de Máximo e Eugênio são os *vota* imperiais (grafados como VOT ou VOTIS). Os *vota* selavam uma relação contratual entre o fiel e a divindade, mediante a qual o primeiro se comprometia a executar um ato de agradecimento por um benefício recebido. Em geral, emissões contendo essa nomenclatura faziam parte das comemorações dos *natales imperii*, os aniversários de ascensão do imperador. No caso de Máximo e Eugênio, o emprego de uma tipologia como essa auxiliava a dissolver o caráter excepcional da usurpação, exprimindo um desejo de permanência do novo imperador no poder por muitos anos. Os *vota* de Máximo podem ser vistos em um *aes* de bronze de Arelate, com a inscrição VO TIS V, contendo uma imagem adornada com a coroa de louros (PEARCE, 2003, p. 69), que comemora os cinco anos de seu governo, embora ele tenha governado apenas quatro anos. Eugênio, por sua vez, apesar de nunca ter sido reconhecido como Augusto por Teodósio, não se eximiu de celebrar sua curta estadia no poder (de 392 a 394), como vemos nos *solidi* distribuídos em Tréves, contendo as inscrições VOTA-PV-BLICA.

Na avaliação de García & Martínez (1997), as diferenças observadas no emprego dos *vota* deriva de uma clivagem entre concepções pagãs e cristãs. Para os autores, as moedas em que a legenda VOT ou VOTIS era acompanhada por MVLT e por uma numeração que indicava os anos de governo correspondiam ao *votum* cristão, como se comprova pelo reverso, decorado com imagens igualmente cristãs: o *labarum*, o crisma ou a cruz. Já as moedas contendo as inscrições VOTA PVBLICA correspondiam à nomenclatura tradicional de Roma e traziam fortes ligações com o paganismo, a exemplo dos *solidi* emitidos por ocasião das comemorações de Eugênio em Tréves.ⁱⁱ O caso de Eugênio, porém, é bastante curioso, uma vez que se encontram moedas do início de seu governo, provenientes de Milão, contendo a terminologia cristã VOT V MVLT X (PEARCE, 2003, p. 82). Apesar disso, não se invalidam as

afirmações acerca do modelo pagão de legendas monetárias apresentado, já que a aliança com Nicômaco Flaviano e a aceitação da retomada do paganismo ocorreram após as tentativas de Eugênio de se aliar a Teodósio e de se aproximar do alto clero cristão ocidental – representado por Ambrósio –, gestões nas quais não obteve sucesso (MATTHEWS, 1990, p. 239-41). Compreende-se, contudo, que ambas as emissões, cristã e pagã, representavam o apoio que Eugênio buscava em cada momento. Assim, no ano inicial de sua ascensão, Eugênio foi homenageado com moedas votivas conforme o padrão cristão habitual. Como o emprego desse símbolo não foi suficiente para que Teodósio reconhecesse o usurpador, Eugênio volta-se para outras bases de apoio, como as elites ocidentais, celebrando uma aliança com Flaviano e os círculos senatoriais pagãos, quando então passa a comemorar os seus anos de governo recorrendo a uma nomenclatura pagã. No que se refere ainda aos símbolos pagãos presentes nas moedas de Eugênio, destaca-se o fato de que o usurpador é sempre representado com barba, como retratado num *solidus* e num medalhão de ouro de 392 e 393, respectivamente, contendo as inscrições DN EVGENI VSPF AVG (KENT *et al.*, 1973). No reverso dessas moedas, Eugênio evoca o colégio imperial formado por ele e Teodósio, ao apresentar duas mulheres assentadas sobre os tronos e de mãos dadas, com os dizeres GLORIA ROMANORVM, aludindo à concórdia entre o governo de Roma e o de Constantinopla (fig. 3). Segundo Bonfante (1964, p. 418-19), a face adornada com a barba nas moedas do Baixo Império representa a idéia do imperador filósofo, um símbolo bastante difundido entre os imperadores pagãos, algo que pode ser percebido também nas emissões de Juliano.



Figura 3: Eugênio e o ideal de imperador-filósofo

Fonte: KENT *et al.*, 1973, p. 157

Considerações finais

No que diz respeito ao confronto que precipitou Teodósio, Máximo e Eugênio numa disputa pela busca de legitimidade para governar, talvez valesse a pena nos referirmos, à guisa de conclusão, a uma outra corrente de interpretação segundo a qual o próprio Teodósio deveria ser encarado como um usurpador e não como um imperador “legítimo”. Assim é que Hagith Sivan, em um artigo intitulado *Was Theodosius I a usurper?* (1996), analisa a conjuntura posterior à batalha de Adrianópolis, afirmando que algo de duvidoso cerca o episódio da ascensão de Teodósio, em 379. Segundo Sivan (1996, p. 198), as fontes cristãs, em geral, exaltam o imperador por conta das vitórias contra os bárbaros, sobretudo os sármatas, em 378, mas o testemunho de Temístio de Bizâncio destoou disso, ao afirmar que o exército de Teodósio não seria tão poderoso assim. Na oportunidade, a vitória de Teodósio teria sido algo inesperado e alarmante, pois até mesmo Graciano e seus correligionários duvidavam da perícia militar do general. Como afirma Sivan, foi o sonho do bispo Melécio de Antioquia que, ao confirmar a dignidade imperial de Teodósio, deu a ele o apoio necessário para suprir a falta de Valente. O autor, no entanto, defende a tese de que Graciano teria optado por algum outro candidato à púrpura, não fosse uma situação de emergência. Sivan argumenta ainda que, embora tenha sido aclamado pelo exército e uma sanção divina tenha confirmado sua entronização, era a convocação do Augusto mais antigo, Graciano, que garantiria a legitimidade de Teodósio. E isso veio a acontecer, sem dúvida, tanto pelo apoio que Teodósio vinha agregando quanto pela necessidade de Graciano em estreitar relações com as elites ibéricas. Enquanto Graciano mostrava-se relutante, Teodósio trabalhava em prol da sua ascensão, associando-se a líderes bárbaros e às elites provinciais. Na qualidade de exímio chefe militar e homem público, Teodósio se encaixaria no perfil de “usurpador bem-sucedido” em oposição àqueles que, como Máximo e Eugênio, não conseguiram manter suas bases de apoio e foram suprimidos. O fato de não ter contado, no início, com a preferência de Graciano e de, mesmo assim, continuar sua escalada rumo ao poder, caracterizaria Teodósio como um usurpador. À medida que Teodósio se tornou uma figura forte no Império, com diversos grupos reunidos em torno dele, não restou ao colégio imperial – imerso em sérios conflitos – senão proclamá-lo Augusto. Uma interpretação como essa, que põe em dúvida a legitimidade de Teodósio, demonstra uma vez mais a complexidade do assunto aqui tratado. Na realidade, devemos ter em mente que cada grupo social busca defender seus interesses, aspirações e ideais, cabendo aos autores o papel de porta-vozes de tais grupos. As obras de Pacato

Drepânio, Sozomeno, Zózimo e até mesmo as moedas de Teodósio, Máximo e Eugênio são, desse modo, relatos que contém uma visão particular da realidade, e como tal devem ser interpretados. Todavia, cabe ressaltar que, independente da natureza do testemunho, a manipulação dos símbolos de poder é um elemento primordial para a sustentação de qualquer sistema político, inclusive daqueles ameaçados por conflitos internos, como vemos no Império Romano em fase final.

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa

KENT, J. P. C. & OVERBECK, B. & STYLOW, A. U. *Die Römische Münze. Aufnahmen von Max und Albert Hirmer*. Germany: Hirmer Verlag München (HM), 1973.

LADICH, M. *La moneta romana di bronzo tardoantica (379-498)*. Roma: STEA, 1990.

PACATUS DREPANIUS. Panegyric of Theodosius. In: NIXON, C. E. V.; ROGERS, B. S. *Praise of Later Roman emperors: the panegyrici latini*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

PEARCE, J. W. E. *The Roman imperial coinage*. London: Spink & Son, 2003. v. IX.

SULPICIO SEVERO. Vida de San Martin. In: *Obras completas*. Estudio preliminar, traducción y notas de Carmen Codoner. Madrid: Technos, 1987, p.135-71.

Obras de apoio

BLÁZQUEZ, J. M. *Historia de España Antigua*. Madrid: Catedra, 1995. Tomo II.

BONFANTE, L. Emperor, God and man in the IV century. *La parola del passato*, Napoli, fasc. XCIX, 1964, p. 401-27.

BOUTIER, J. & JULIA, D. Em que pensam os historiadores. In: BOUTIER, J. & JULIA, D. (Org.) *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 21-61.

BURKE, P. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

COIMBRA, A.V. *Noções de numismática*. São Paulo: MAE, 1957.

CRAWFORD, M. H. Roman imperial coin and the formation of public opinion. In: GRIERSON, P. (Ed.) *Studies in numismatic method*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 47-64.

ESCRIBANO, M. V. Usurpación y religión en el s. IV d.C. Paganismo, cristianismo y legitimación política. *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, v. VII, 1990, p. 247-72.

FRÈRE, H. *Numismática: uma introdução aos métodos e à classificação*. São Paulo: Societé Numismatique Marcel Hoc & Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

GARCÍA, C. V. & MARTÍNEZ, M. G. Aproximación al estudio de Teodosio I en la moneda de su época. *Congreso internacional La Hispania de Teodosio*. Segovia: Universidade Sek, 1997, p.729-38. v. 2.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 3, nº 1, 2003, p.41-61.

HARRISON, S. Identity as a scarce resource. *Social Anthropology*, v. 7, n. 3, 1999, p. 339-53.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MACHADO, C. A. R. Imagens e ideologia nas cunhagens de Teodósio I. *Phoênix*, Rio de Janeiro, ano 4, p. 59-68, 1998.

MATTHEWS, J. *Western aristocracies and imperial court (A.D. 364-425)*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1990.

MENDES, N. M.; SILVA, G. V. As representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o “Dominato”. *Dimensões*, Vitória, n. 16, p. 241-70, 2004.

SILVA, G. V. *A escalada dos imperadores proscritos: Estado, conflito social e usurpação no IV século d.C.* 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da 'basileia'*. Vitória: Edufes, 2003.

SIVAN, H. Was Theodosius I a usurper? *Klio*, v. 78, p. 198-211, 1996.

WARDMAN, A. E. Usurpers and internal conflicts in the 4th century A. D. *Historia*, Wiesbaden, Band XXXIII, p. 220-37, 1984.

WOODWARD, K. identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T (Org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

ⁱ Sulpício Severo reproduz aqui a um *topos* literário segundo o qual o imperador resiste à convocação em assumir o trono, recurso também empregado por Pacato Drepânio quando narra a ascensão de Teodósio (XII, XI, 1). A intenção dos autores é enfatizar o despojamento dos imperadores, cujo cargo deveria ser encarado como uma responsabilidade para com o *populus* e não como uma autorização para o exercício ilimitado – e, portanto, tirânico – do poder.

ⁱⁱ García & Martínez formulam essa hipótese com base no conjunto de emissões monetárias que pesquisaram, abrangendo o período compreendido entre o governo de Joviano e o de Teodósio. Embora os próprios autores admitam que haja exceções a esse modelo, pudemos averiguar que, ao menos com relação Máximo e Eugênio, ele se aplica.